DIÁRIO OFICIAL
DE PUBLICAÇÕES DO PORTAL CESPRO

Município de Santo Augusto / RS

Rio Grande do Sul, 26 de Outubro de 2021 • Diário CESPRO de publicações oficiais • Nº 4

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

SUMÁRIO

LEI MUNICIPAL Nº 3.119, DE 26/10/2021 2
LEI MUNICIPAL Nº 3.120, DE 26/10/2021 6
LEI MUNICIPAL Nº 3.121, DE 26/10/2021 7

LEI MUNICIPAL Nº 3.119, DE 26/10/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.984.100,00 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO MIL E CEM REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal , sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na LEI MUNICIPAL Nº 3.042, DE 14/12/2020 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual vigente no montante de R$ 1.597.100,00 obedecendo às seguintes classificações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	001 - GABINETE DO PREFEITO	0004.0124.0010.2232	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	33190110000000000000	00010000	39	25.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0004.0122.0010.2006	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SEAD	33190110000000000000	00010000	65	243.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0004.0122.0010.2015	OBRIGAÇÕES PATRONAIS GERAIS	33190130000000000000	00010000	85	17.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0004.0122.0010.2015	OBRIGAÇÕES PATRONAIS GERAIS	33191130000000000000	00010000	86	106.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	001 - MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENSINO - RECURSOS PRÓPRIOS	0012.0368.0046.2216	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL C/RECURSOS PRÓPRIOS	33191130000000000000	00010000	220	10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0368.0123.2055	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SMEC	33190110000000000000	00200000	227	7.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0368.0123.2055	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SMEC	33190130000000000000	00200000	228	2.500,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0361.0125.2058	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL C/MDE	33190040000000000000	00200000	241	12.500,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0361.0125.2058	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL C/MDE	33190110000000000000	00200000	242	15.500,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0361.0125.2277	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO PRÉDIOS ESC. ENS. FUNDAMENTAL	34490510000000000000	00200000	285	92.500,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0361.0125.2065	MANUTENÇÃO REG. DE CLASSE 60% FUNDEB FUNDAMENTAL	33190110000000000000	00310000	314	665.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0367.0052.2225	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 60% C/FUNDEB	33190110000000000000	00310000	321	109.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0361.0125.2058	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL C/MDE	33390080000000000000	00200000	247	1.200,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0365.0124.2226	MANUTENÇÃO REG. CLASSE 60% ED. INFANTIL C/FUNDEB CRECHE	33190110000000000000	00310000	326	110.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0365.0124.2280	MANUTENÇÃO REG. DE CLASSE 60% ENS.INFANTIL PRE-ESCOLA	33190110000000000000	00310000	341	13.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

EDUCAÇÃO E CULTURA							
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO	001 - SERVIÇOS URBANOS	0015.0452.0064.2089	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA	33190110000000000000	00010000	432	18.100,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO	001 - SERVIÇOS URBANOS	0015.0452.0066.2090	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	33190110000000000000	00010000	437	16.900,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO	002 - SERVIÇOS RURAIS	0026.0782.0101.2099	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO INTERIOR	33190110000000000000	00010000	464	26.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO	002 - SERVIÇOS RURAIS	0026.0782.0101.2099	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO INTERIOR	33190160000000000000	00010000	465	3.500,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0122.0010.2107	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SMS	33190110000000000000	00400000	486	66.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0115.2287	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE	33190160000000000000	00400000	542	13.400,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0115.2287	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE	33190040000000000000	00400000	684	24.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 1.597.100,00

Art. 2º O crédito aberto de acordo com o art. 1º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0004.0123.0012.2025	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SEFIN	33190130000000000000	00010000	106	3.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0004.0123.0012.2025	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SEFIN	33191130000000000000	00010000	108	20.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0004.0123.0015.2026	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	33190110000000000000	00010000	113	7.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO	0004.0121.0002.2030	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SESUPLAN	33190110000000000000	00010000	132	7.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO	0004.0121.0002.2030	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SESUPLAN	33190130000000000000	00010000	133	4.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	005 - GABINETE DO VICE PREFEITO	0004.0122.0004.2204	MANUT. GESTÃO E APOIO OPERAC. GAB. VICE PREFEITO	33190110000000000000	00010000	146	15.000,00
03 - SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	001 - SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	0004.0122.0010.2033	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SEDECOM	33190110000000000000	00010000	160	53.000,00
03 - SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	001 - SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	0004.0122.0010.2033	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SEDECOM	33190130000000000000	00010000	161	9.000,00
03 - SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	001 - SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	0020.0606.0087.2217	FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRIC. E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	33190110000000000000	00010000	199	26.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	001 - MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENSINO - RECURSOS PRÓPRIOS	0012.0368.0046.2216	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL C/RECURSOS PRÓPRIOS	33190110000000000000	00010000	216	191.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0368.0123.2055	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SMEC	33191130000000000000	00200000	230	7.000,00
05 -	002 -	0012.0368.0127.2057	MANUTENÇÃO DO	33390390000000000000	00200000	240	110.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE		TRANSPORTE ESCOLAR C/MDE				
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2060	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/MDE CRECHE	33190040000000000000	00200000	254	10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2060	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/MDE CRECHE	33190110000000000000	00200000	255	27.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2060	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/MDE CRECHE	33190130000000000000	00200000	256	24.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2060	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/MDE CRECHE	33190160000000000000	00200000	257	10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2060	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/MDE CRECHE	33190940000000000000	00200000	258	6.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2060	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/MDE CRECHE	33191130000000000000	00200000	259	5.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2060	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/MDE CRECHE	33390080000000000000	00200000	260	24.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0365.0124.2279	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL C/ MDE PRE-ESCOLA	33190110000000000000	00200000	293	41.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0361.0047.2064	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL C/FUNDEB	33190110000000000000	00310000	306	145.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0361.0047.2064	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL C/FUNDEB	33191130000000000000	00310000	309	37.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0365.0124.2226	MANUTENÇÃO REG. CLASSE 60% ED. INFANTIL C/FUNDEB CRECHE	33190040000000000000	00310000	325	60.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0365.0124.2257	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	33190110000000000000	00310000	331	70.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0365.0124.2257	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	33190130000000000000	00310000	332	37.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS	001 - GABINETE DO PREFEITO	0004.0061.0010.2258	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA	33190040000000000000	00010000	722	27.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0361.00125.2277	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO C/FUNDEB	34490510000000000000	00310000	706	330.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0365.0124.2257	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	33190110000000000000	00310000	331	123.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	003 - FUNDO DE MAN. E DES.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB	0012.0365.0124.2257	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	33191130000000000000	00310000	334	10.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	005 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	0013.0392.0126.2079	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO CULTURA	33190110000000000000	00010000	371	15.700,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO	001 - SERVIÇOS URBANOS	0015.0452.0058.2088	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	33190110000000000000	00010000	426	30.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL	001 - SERVIÇOS URBANOS	0015.0452.0064.2089	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA	33190160000000000000	00010000	433	10.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO							
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0122.0010.2107	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SMS	33190160000000000000	00400000	488	20.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0115.2261	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	33190130000000000000	00400000	528	11.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0115.2287	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE	33190130000000000000	00400000	541	50.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0115.2287	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE	33191130000000000000	00400000	544	22.400,00

Art. 3º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 387.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E SETE MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO C/MDE	0012.0361.0125.2277	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO PRÉDIOS ESC. ENS. FUNDAMENTAL	34490510000000000000	00200000	285	387.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							**R$ 387.000,00**

Art. 4º O crédito aberto de acordo com o art. 3º, será compensado através do produto de superávit financeiro, apurado em balanço do exercício anterior, obedecido ao vínculo dos recursos, das seguintes fontes:

Vínculo	Descrição	Valor
00010000	RECURSOS LIVRE	R$ 387.000,00
TOTAL DE SUPERÁVIT FINANCEIRO		**R$ 387.000,00**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO/RS, 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Lilian Fontoura Depiere,
Prefeita Municipal.

Liziane Rotilli de Souza,
Secretária SEFIN.

Registre-se e Publique-se em 26.10.2021.

Juliana Backes Lutz,
Secretária Municipal de Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

LEI MUNICIPAL Nº 3.120, DE 26/10/2021
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na LEI MUNICIPAL Nº 3.042, DE 14/12/2020 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual vigente, no montante de R$ 1.500.000,00, obedecendo às seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES CENTRAIS
Unidade: 002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Função: 0004 - Administração
Subfunção: 0122 - Administração Geral
Programa: 1135- Aquisição de terrenos por desapropriação
Ação: 1135- AQUISIÇÃO DE TERRENOS E ÁREAS RURAIS
Elemento: 34490610000000000000 - Aquisição de imóveis
Recurso :0001 LIVRE
Total do Crédito ..... R$ 1.500.000,00

Art. 2º Servirá de cobertura para a abertura do crédito de que trata o **Art. 1º** as seguintes fontes de recurso:
I - O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2020 da fonte de recurso 0001 - LIVRE - R$ 1.500.000,00.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO/RS, 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Lilian Fontoura Depiere,
Prefeita Municipal.

Liziane Rotilli de Souza,

Secretária SEFIN.

Registre-se e Publique-se em 26.10.2021.

Juliana Backes Lutz,
Secretária Municipal de Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

LEI MUNICIPAL Nº 3.121, DE 26/10/2021
DISPÕE SOBRE O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - RPC NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - RPC
Seção I - Da instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC

Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, no âmbito do Município de Santo Augusto, para os seus servidores públicos titulares de cargo efetivo, segurados do Regime Próprio de Previdência - RPPS, vinculados ao Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e ao Poder Legislativo, o Regime de Previdência Complementar - RPC a que se referem os §§14, 15 e 16 do art. 40 e o art. 202 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Regime de Previdência Complementar - RPC de que trata o *caput* é organizado de forma autônoma em relação ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município, apresenta caráter facultativo e será oferecido por meio de adesão a plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar regularmente constituída e operando mediante autorização segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme a legislação federal aplicável.

Seção II - Dos conceitos

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Patrocinador: o Município, compreendendo o Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e o Poder Legislativo;

II - Participante: o servidor público titular de cargo efetivo, segurado do Regime Próprio de Previdência - RPPS do Município, vinculado ao Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e ao Poder Legislativo, que aderir ao plano de benefícios de que trata esta Lei;

III - Assistido: o participante, ou o seu beneficiário, em gozo de benefício de prestação continuada;

IV - Remuneração: será obedecido o disposto no art. 14 da Lei Municipal 1.846, de 27/04/2006.

Seção III - Da aplicação do limite máximo estabelecido para os Benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Art. 3º Aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de que trata o art. 201 da Constituição Federal, às aposentadorias e às pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município aos servidores públicos titulares de cargo efetivo dele segurados e a seus dependentes que tenham ingressado no serviço público:

I - a partir da vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC de que trata esta Lei, independentemente de sua adesão ao plano de benefícios; e

II - até a vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC de que trata esta Lei, desde que, mediante prévia e expressa opção, adiram ao plano de benefícios.

Seção IV - Da vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC

Art. 4º O Regime de Previdência Complementar - RPC de que trata esta Lei terá vigência:

I - a partir da data de publicação da autorização, pelo órgão regulador e fiscalizador estabelecido na legislação federal pertinente, do convênio de adesão do patrocinador ao plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar; ou

II - a partir da vigência convencionada no convênio de adesão firmado com a entidade aberta de previdência complementar.

Seção V - Da filiação dos servidores ao Regime de Previdência Complementar - RPC e da inscrição no plano de benefícios

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

Subseção I - Do servidor que vier a ingressar no serviço público a partir da vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC

Art. 5º O servidor titular de cargo efetivo que vier a ingressar no serviço público a partir da vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC será a ele filiado mediante inscrição automática no plano de benefícios:

I - a partir da entrada em exercício no cargo, na hipótese da sua remuneração ser superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; ou

II - a partir da competência em que sua remuneração exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 1º É facultado ao servidor referido no *caput* manifestar a ausência de interesse em ser inscrito no plano de benefícios, sendo sua inércia, transcorridos 60 (sessenta) dias após sua inscrição automática, reconhecida como aceitação tácita.

§ 2º Havendo a manifestação da ausência de interesse, na forma e prazo do § 1º, fica assegurado o direito à restituição integral do valor das contribuições vertidas pelo participante e pelo patrocinador, no prazo de até 60 (sessenta) dias, atualizado conforme o regulamento.

§ 3º A hipótese do § 2º não constitui resgate.

§ 4º Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento da sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

§ 5º Após o decurso do prazo previsto no § 1º, o cancelamento da inscrição constituirá resgate, nos termos do regulamento.

Subseção II - Do servidor que tenha ingressado no serviço público até a data anterior à vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC

Art. 6º O servidor titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público até a data anterior à vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC poderá a ele se filiar mediante prévia e expressa opção pela adesão ao plano de benefícios:

I - no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC, na hipótese da sua remuneração, nessa data, ser superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; ou

II - no prazo de 30 (trinta) dias, contado do primeiro dia da competência subsequente àquele em que sua remuneração exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 1º O exercício da opção pela filiação ao Regime de Previdência Complementar - RPC, conforme o *caput* e na forma dos incisos I e II:

I - é irrevogável e irretratável, não sendo devida pelo patrocinador qualquer restituição decorrente de eventual valor de contribuição previdenciária que tenha incidido sobre a parcela da remuneração de contribuição superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, no período anterior à filiação ao Regime de Previdência Complementar - RPC.

II - garante o direito à contrapartida do patrocinador; e

III - sujeita os benefícios que forem concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no art. 3º desta Lei, mesmo no caso de exercício do direito previsto no § 2º deste artigo.

§ 2º A previsão do inciso I do §1º não prejudica o direito do participante requerer, a qualquer tempo, o cancelamento da sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios, conforme previsto nos §§ 4º e 5º do art. 5º.

Subseção III - Do servidor com remuneração inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Art. 7º Independentemente da sua data de ingresso no serviço público, o servidor titular de cargo efetivo com remuneração inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS poderá a qualquer tempo se filiar ao Regime de Previdência Complementar - RPC de que trata esta Lei, mediante a adesão ao plano de benefícios, hipótese em que fica vedada a contrapartida do patrocinador.

§ 1º A base de cálculo para a contribuição do servidor sujeito às condições do *caput* será definida no regulamento.

§ 2º Acaso a remuneração do servidor de que trata este artigo vier a exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS aplicar-se-á o disposto no inciso II do art. 5º e no inciso II

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

do art. 6º desta Lei, conforme o caso, assim como seus consectários.

CAPÍTULO II - DO PLANO DE BENEFÍCIOS
Seção I - Das regras gerais

Art. 8º Observada a legislação federal pertinente, o plano de benefícios deverá ser descrito em regulamento e oferecido, obrigatoriamente, nos termos desta Lei, a todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo no Município, vinculados ao Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e ao Poder Legislativo.

Art. 9º O plano de benefícios será estruturado na modalidade de contribuição definida, nos termos do §15 do art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O financiamento do plano de benefícios seguirá o que for definido no plano de custeio, que estabelecerá os percentuais de contribuição necessários à constituição das reservas garantidoras dos benefícios, dos fundos e das provisões, e à cobertura das demais despesas administrativas, observada a legislação federal aplicável.

Art. 10. Os requisitos para aquisição, manutenção e perda da qualidade de participante e de assistido, assim como os requisitos de elegibilidade e a forma de concessão, cálculo e pagamento dos benefícios, deverão constar do regulamento do plano de benefícios, observada a legislação federal respectiva.

Seção II - Dos benefícios

Art. 11. Os benefícios programados, definidos no plano de benefícios, terão seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em favor do participante, inclusive na fase de percepção, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os benefícios pagos.

§ 1º O plano de benefícios de que trata o *caput* deverá prever benefícios não programados que:

I - assegurem ao menos os decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante; e

II - sejam estruturados unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.

§ 2º Na gestão dos benefícios de que trata o § 1º, o plano de benefícios poderá prever a contratação de cobertura adicional de riscos junto à sociedade seguradora, desde que mediante custeio específico.

§ 3º O plano de que trata o *caput* poderá prever cobertura por sobrevivência do assistido, desde que contratada junto à sociedade seguradora.

Seção III - Do patrocinador

Art. 12. O Município, assim compreendido o Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e o Poder Legislativo, é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar - RPC de que trata esta Lei, sendo representado pelo Prefeito Municipal, que poderá delegar, expressamente, esta competência.

Parágrafo único. A representação de que trata o *caput* compreende poderes para:

I - a celebração de convênio de adesão e suas alterações;

II - a retirada de patrocínio;

III - a transferência de gerenciamento;

IV - a manifestação acerca da aprovação ou da alteração de plano de benefícios de que trata esta Lei e demais atos correlatos.

Art. 13. Deverão estar previstas no convênio de adesão ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, ou nos instrumentos jurídicos equivalentes, cláusulas que estabeleçam, no mínimo:

I - a inexistência de solidariedade do Município, enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores, instituidores, averbadores, planos de benefícios e entidades de previdência complementar;

II - os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das sanções previstas, nos casos de atraso no envio de informações cadastrais referentes aos participantes e assistidos, assim como de pagamentos ou repasses contribuições definidas;

III - a reversão à cota individual do participante a que se referir, do valor correspondente à atualização monetária e aos juros suportados pelo Patrocinador por atraso de pagamento ou de repasse de contribuições;

IV - em caso de aporte financeiro, a ser realizado pelo patrocinador, a indicação do valor correspondente e das regras aplicáveis;

V - os parâmetros para retirada de patrocínio ou rescisão contratual, assim como para a transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

VI - a obrigação da entidade de previdência complementar em informar, aos patrocinadores vinculados ao plano de benefícios, sobre o não pagamento ou repasse de contribuições, assim como de quaisquer outras obrigações, em prazo superior a noventa dias, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Seção IV - Dos participantes

Art. 14. Pode se inscrever como participante do plano de benefícios, observadas as disposições desta Lei, todo o servidor público titular de cargo efetivo no Município, vinculado ao Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e ao Poder Legislativo.

Art. 15. Poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante:

I - regularmente cedido, nos termos da legislação municipal que regula o instituto;

II - afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mantado eletivo em qualquer dos entes da federação;

III - que optar pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§ 1º O regulamento do plano de benefícios estabelecerá as regras para a manutenção do custeio, observada a legislação aplicável.

§ 2º Nas hipóteses de cedência, mesmo nos casos em que venha a ocorrer com ônus para o cessionário, caberá ao patrocinador providenciar no recolhimento das contribuições ao plano de benefícios, conforme o regulamento.

§ 3º Nos afastamentos ou licenças sem prejuízo da remuneração, participante e patrocinador arcarão com suas respectivas contribuições ao plano de benefícios.

Seção V - Das contribuições

Art. 16. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a parcela da remuneração de contribuição que exceder ao valor máximo fixado para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, observados os limites previstos no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º O conceito de remuneração de contribuição é o definido na legislação municipal que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

§ 2º Fica ressalvada da regra do *caput* o disposto no art. 7º, §1º, desta Lei.

Art. 17. Nos termos do regulamento do plano de benefícios caberá ao participante a definição de sua alíquota de contribuição.

Parágrafo único. Além da contribuição normal, o regulamento do plano de benefícios poderá prever:

I - alíquotas de contribuição adicional para o participante, de caráter opcional, sem contrapartida do patrocinador;

II - possibilidade de aporte eventual de recursos pelo participante, a qualquer tempo, a título de contribuição facultativa, sem contrapartida do patrocinador.

Art. 18. A alíquota de contribuição do patrocinador será igual à do participante, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, não podendo exceder a 8% (oito por cento).

Art. 19. O patrocinador somente se responsabilizará por realizar contribuições em contrapartida às contribuições normais do participante que atenda, concomitantemente, às seguintes condições:

I - seja filiado ao Regime de Previdência Complementar - RPC e tenha aderido ao plano de benefícios, nos termos desta Lei; e

II - cuja remuneração exceda o limite máximo fixado para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, observados os limites previstos no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O participante que não se enquadre nas condições previstas nos incisos I e II do *caput* não terá direito à contrapartida do patrocinador.

Art. 20. O Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e o Poder Legislativo, conforme a respectiva vinculação funcional do participante, são responsáveis pelo repasse das contribuições devidas pelo patrocinador e das contribuições descontadas dos participantes, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão e no regulamento.

§ 1º As contribuições do patrocinador ao plano de benefícios serão realizadas com recursos do orçamento dos

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

órgãos e entidades correspondentes conforme a respectiva vinculação funcional do participante.

§ 2º Estarão sujeitas à atualização monetária e demais reflexos moratórios previstos no convênio, regulamento e no plano de benefícios, as contribuições recolhidas em atraso, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável.

§ 3º Será considerado inadimplente o Município na hipótese de não cumprimento das obrigações previstas no convênio de adesão e no regulamento do plano de benefícios por quaisquer dos Poderes, incluídas suas autarquias e fundações.

Art. 21. A entidade de previdência complementar responsável pela administração do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e do patrocinador.

CAPÍTULO III - DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 22. A escolha da entidade de previdência complementar responsável pela administração do plano de benefícios será precedida de processo seletivo, observados os princípios da impessoalidade, publicidade e transparência, contemplando requisitos de qualificação técnica e economicidade indispensáveis à garantia da boa gestão do plano.

§ 1º A formalização da relação jurídica com a entidade selecionada nos termos do *caput* deste artigo, se dará através de convênio de adesão, nos termos da legislação aplicável, com vigência por prazo indeterminado.

§ 2º O processo seletivo poderá ser realizado em cooperação com outros Municípios, desde que seja demonstrado o efetivo cumprimento dos requisitos estabelecidos no *caput*.

CAPÍTULO IV - DO ACOMPANHAMENTO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 23. O Poder Executivo instituirá Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC.

§ 1º Compete ao Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC:

I - acompanhar a gestão do plano de benefícios;

II - acompanhar os resultados do plano de benefícios;

III - recomendar a transferência da gestão do plano de benefícios;

IV - manifestar-se sobre alterações no regulamento do plano de benefícios, além de outras atribuições e responsabilidades definidas em regulamento, na forma do *caput*.

§ 2º O Poder Executivo fica autorizado, alternativamente à instituição de Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC, conforme exigência do *caput*, a delegar, mediante decreto, as competências definidas no §1º a órgão ou conselho já devidamente instituído no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município.

Art. 24. O Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC, se instituído, será composto por 4 (quatro) membros, designados por ato do Chefe do Poder Executivo para um mandato de 3 (três) anos podendo haver prorrogações.

§ 1º Cabe ao Chefe do Poder Executivo a escolha de 2 (dois) membros, necessariamente servidores públicos Municipais e preferencialmente participantes do Regime de Previdência Complementar - RPC.

§ 2º Cabe aos participantes, em assembleia, a escolha de 2 (dois) membros, necessariamente participantes do Regime de Previdência Complementar - RPC.

§ 3º Os membros do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC deverão ter formação superior completa, e atender a requisitos técnicos mínimos e experiência profissional.

§ 4º Cabe ao Chefe do Poder Executivo a indicação do Presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

§ 5º Os membros do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC não serão destituíveis ad nutum, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

§ 6º Serão definidas em decreto as demais condições de funcionamento do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC, aí incluída a definição dos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional referidos no § 3º.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14

Art. 25. Lei específica poderá dispor acerca de medidas de compensação como forma de incentivo para que os servidores de que trata o art. 6º desta Lei optem pela sua filiação ao Regime de Previdência Complementar - RPC mediante a adesão ao plano de benefícios.

Parágrafo único. Dar-se-á preferência para atingir o objetivo referido no *caput*, sempre considerando a avaliação técnica da viabilidade e dos impactos da medida, ao aporte extraordinário pelo patrocinador, como forma de potencializar a capitalização individual dos servidores que optarem pela migração.

Art. 26. Fica o patrocinador autorizado a promover, se for o caso, aporte inicial ao plano de benefícios, a título de adiantamento de contribuições futuras, o qual deverá ser compensado ou restituído conforme regras que deverão constar de forma expressa no convênio de adesão.

Parágrafo único. O suporte orçamentário para a medida deverá ser providenciado, se necessário, mediante a abertura de crédito adicionais.

Art. 27. A instituição do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC de que trata o *caput* do art. 23 desta Lei, ou a delegação prevista pelo seu § 2º, deverá ocorrer em até 180 dias contados da vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC.

Art. 28. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de recursos consignados no orçamento do Município.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO/RS, 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Lilian Fontoura Depiere,
Prefeita Municipal.

Liziane Rotilli de Souza,
Secretária SEFIN.

Registre-se e Publique-se em 26.10.2021.

Juliana Backes Lutz,
Secretária Municipal de Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE EM: 26/10/2021 21:28:14